

# Discurso revolucionário moçambicano e a escrita do homem novo

## Mozambican revolutionary discourse and writing of the “homem novo”

BETHANIA MARIANI\*

RESUMO: ESTE ARTIGO BUSCA ANALISAR TEXTOS POLÍTICOS PRODUZIDOS DURANTE A REVOLUÇÃO EM MOÇAMBIQUE QUE COLOCAM EM CIRCULAÇÃO DISCURSOS SOBRE O “HOMEM NOVO” E A “SOCIEDADE NOVA” EM CONSTRUÇÃO. ANALISA-SE A FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO DESSA EXPRESSÃO – ‘HOMEM NOVO’ – EM SUA ESPESSURA HISTÓRICA, QUE CONTRAPÕE-SE A UMA MEMÓRIA INSTITUÍDA PELO PORTUGUÊS E, AO MESMO TEMPO, PORTA UM INEGÁVEL ESFORÇO DE DESLOCAMENTO IDEOLÓGICO REVOLUCIONÁRIO. AO SER FORMULADA E AO CIRCULAR NOS DISCURSOS DA FRELIMO, ESSA EXPRESSÃO INSTITUI UMA SÉRIE DISCURSIVA DO LEGÍVEL E DO REPETÍVEL.

ABSTRACT: THIS PAPER INTENDS TO ANALISE POLITICAL TEXTS WRITTEN DURING THE MOZAMBICAN REVOLUTION THAT PUT IN CIRCULATION DISCOURSES ABOUT THE “NEW MAN” AND THE “NEW SOCIETY”, SOMETHING THAT HAD BEEN STARTED AND WAS STILL ON ITS WAY TO COMPLETION. I WILL FOCUS ON THE EMERGENCE AND CIRCULATION OF THE EXPRESSION “NEW MAN” TAKING INTO ACCOUNT ITS HISTORICAL BACKGROUND AS OPPOSED TO A PORTUGUESE MEMORY AND AT THE SAME TIME AS AN EFFORT TO BUILD UP A REVOLUTIONARY IDEOLOGY. THROUGH ITS CIRCULATION IN THE FRELIMO’ S SPEECHES, THIS EXPRESSION GENERATES A READABLE AND REITERATIVE DISCOUSE SERIES.

PALAVRAS-CHAVE: DISCURSO REVOLUCIONÁRIO MOÇAMBICANO, TEXTOS POLÍTICOS, HOMEM NOVO, UTOPIA.

KEYWORDS: REVOLUTIONARY MOZAMBICAN DISCOURSE, POLITICAL TEXTS, NEW MAN, UTOPIA.

---

\* Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: [bmariani@gmail.com](mailto:bmariani@gmail.com)

## 1. Formulação e circulação de discursos revolucionários

Uma revolução se faz com armas e convicções. Ao lado do agir revolucionário, coordenadas teóricas são formuladas como garantidoras de um traçado que estabelecerá fronteiras entre um presente a ser transformado e um futuro ainda irrealizado. Em seu sentido estrito, em uma revolução compreendida como “grande ato de criatividade política” (Bobbio *et alii*, 1986, p. 1130), a participação popular e a violência interna são intensas e a luta se desenvolve por um longo período de tempo. É no tempo posterior ao processo revolucionário que análises sobre os aspectos produtivos bem como autocrítica relativa aos aspectos negativos – as consequências dos atos revolucionários, são fundamentais para que não se perca de vista o profundo e almejado resultado da transformação nas relações jurídicas, políticas, sociais e econômicas.

Poderíamos pensar em distintas temporalidades: um período pré-revolucionário; um de luta revolucionária, quando pelo menos dois grupos antagônicos lutam; um com a expectativa de subverter e modificar os diferentes níveis de sustentação do poder político e sócio-econômico, enquanto que o outro luta para manter-se no poder; um outro período marcado pela ascensão ao poder dos revolucionários; e, pelo menos uma outra temporalidade, esta regida pelo sucesso ou insucesso nas transformações almeçadas.

As revoluções socialistas trouxeram coordenadas de um projeto de sociedade mais justa e igualitária, em que a distância entre as classes deixaria de existir, as massas tomariam a palavra, e todos, sem exceção teriam os mesmos direitos. Não haveria, nessas lutas, uma forma sociologista negociável de absorção das diferenças de classe, ao contrário, portanto do que se passa com as formas de administração do poder no Estado burguês (PÉCHEUX, 2004). Como já tivemos oportunidade de mencionar, quando discutimos o papel das línguas e das políticas linguísticas em períodos revolucionários (MARIANI, 2011a; 2011b), a revolução imprime a reescritura de um passado colonial de enormes desigualdades sociais e aponta, justamente, para promessas de um futuro outro, ainda opaco, ainda irrealizado, mas profundamente almejado. Nessa reescritura, se narrativiza um impossível de se saber como teria sido sem a colonização, mas que, se tivesse sido de outra maneira talvez a história tivesse sido outra. Por outro lado, para constituir o homem novo, para construir uma nova sociedade, a escrita do futuro do ainda irrealizado se conjuga

com as formas verbais em que o hipotético traz o passado do que teria sido possível.

No caso da revolução socialista moçambicana, à superação de classe somava-se o rompimento com os moldes coloniais portugueses bem como a necessidade de ressignificação das divisões culturais e linguísticas entre as diferentes populações. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), após os longos anos de luta revolucionária, tornou-se um partido político responsável pelas diretrizes que, se retomamos a expressão de Bobbio (1986), “revolução como grande ato de criatividade política”, criativamente não apenas rompiam e visavam superar o *status quo* colonialista anterior como também organizavam as formas diferenciadas de instauração e gerenciamento do poder. A ação revolucionária, assim, se pratica junto, se constitui também com uma discursivização incessante situada entre o que não se quer mais e o que se pretende instituir. Muito se fez e muito se disse nos encontros e congressos promovidos pela FRELIMO entre sua fundação em 1962 e os anos 70, quando ocorre a independência moçambicana; muito se escreveu sobre o passado de desigualdades, sobre as diferenças internas que a nação pós-revolucionária teria de superar e, sobretudo, muito se falou e se escreveu sobre o “homem novo” que poderia advir na “nova sociedade” e na “nova mentalidade” moçambicana que então se queria reorganizar.

E é justamente sobre a formulação e circulação desse termo – ‘novo’, que, uma vez anteposto a alguns substantivos, tais como ‘propaganda’, ‘homem’, ‘sociedade’, ‘jornalista’, ‘professor’, ‘mulher’, ‘amor’, determina e procura ressignificar o que se está designando, que objetiva-se descrever e analisar. Essa expressão “novo homem” opõe-se fortemente a uma memória e à evidência dos sentidos até então colocados em circulação ao longo de mais de três séculos de colonização. A materialidade dessa expressão “homem novo” tem espessura histórica, pois contrapõe-se a uma memória instituída pelo português e, ao mesmo tempo, porta um inegável esforço de deslocamento ideológico. Ao ser formulada e circular nos discursos da FRELIMO para ser retomada, reiterada e ratificada nos discursos políticos dos demais revolucionários, institui, dessa forma, uma série discursiva do legível e do repetível. No presente da enunciação de “homem novo”, “nova sociedade”, etc., nos discursos revolucionários, procura-se enunciar tanto a quebra de práticas discursivas que portavam determinados sentidos constitutivos de rituais ideológicos no passado

quanto o desejo de realizar o que ainda não está, mas que pode vir a ser na história e na linguagem. Sobre esses movimentos da ideologia nos processos de produção dos sentidos, nos lembra Pêcheux ao discutir o acontecimento das revoluções: “E assim, começa a se despedir o sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido.” (PÊCHEUX, 1991, p. 8)

A prática revolucionária pode ser definida de mais de uma maneira – seja como um ato de guerra, seja como um ato de ruptura, seja como um ato de inovação –, mas o que importa reter é que é dirigido a um outro. Dirige-se, sob a forma de confronto, a uma outra classe, a um outro regime, a uma outra forma política, enfim, dirige-se a uma posição considerada antagônica com o intuito de romper, transformar, buscar outras posições. As práticas discursivas revolucionárias posicionam-se contrariamente a formas vigentes de estabelecimento de laços discursivos entre os sujeitos. Com uma temporalidade própria, provocam efeitos na forma de constituição subjetiva pelo Outro.

Essa temporalidade de seu acontecimento histórico, o fato de que a revolução instaura um antes e um depois, pode ser compreendida, também, como um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1981). Um acontecimento discursivo instaura novos discursos, produzindo perturbações nas filiações de sentido que até então se encontravam estabilizadas e, dessa forma, contribui na desestabilização da memória que até então era garantia de manutenção e continuidade histórica. Discursivamente, portanto, compreende-se o acontecimento como o confronto entre uma memória – com seus sentidos estabilizados – e a atualidade da tensão entre o sem-sentido e os novos sentidos que advém com a ruptura do que havia antes. Daí atos revolucionários provocarem uma intensa mexida na produção dos discursos em circulação, pois desencadeiam a possibilidade de um outro desenvolvimento histórico, construindo, discursivamente a legitimidade de seus atos e produzindo um outro direcionamento normativo.

Ainda que muito brevemente, para seguir adiante com a discussão sobre a questão do “novo” no discurso político revolucionário, lembremos aqui um dos aspectos que move as revoluções: a utopia, sobretudo a utopia leninista. Žizek, em seus comentários sobre os textos de Lenin escritos entre 1914-1917, ao chamar a atenção para os efeitos que o significante ‘Lenin’ ainda promove nos dias de hoje, para além das críticas aos caminhos tomados

pelo marxismo-leninismo, afirma que o “núcleo da utopia leninista nasce das cinzas da catástrofe de 1914, em seu acerto de contas com a ortodoxia da Segunda Internacional: o imperativo radical de esmagar o Estado burguês, que significa o Estado como tal, e **inventar uma nova forma** social comunal sem exército, polícia e burocracia permanentes, na qual todos poderiam tomar parte na administração das questões sociais.” (ZIZEK, 2005, p. 15, grifos nossos) Os discursos sobre o “homem novo”, além de surgirem no bojo do acontecimento discursivo revolucionário, ficando assim imersos na criatividade da política revolucionária, ou seja, na tensão discursiva entre os sentidos estabilizados, o sem-sentido e os sentidos a advirem – se encontrariam também perpassados de utopia.

Para observar, depreender e compreender, ainda que parcialmente, os sentidos do “homem novo” no discurso revolucionário moçambicano, apresentamos e analisamos dois documentos políticos da revolução: *Estudos e orientações*, de Samora Machel (1975) e *Documentos do 1º. Seminário Nacional da Informação* (1977).

*Estudos e orientações* é uma edição de textos de Samora Machel escritos e falados a partir de 1971 e antes da independência moçambicana. Na apresentação do livro, dirigida “ao leitor”, explicita-se que, nos textos ali compilados, os militantes encontram tanto a fundamentação teórica da FRELIMO, quanto a “forma criadora como a Frente procurou solucioná-los” (MACHEL, 1975, p. 3), e que, portanto, eles devem sempre consultar e estudar as ideias políticas ali contidas, fosse individualmente, fosse sob a forma de discussão em grupos também. Dos sete textos que constam da compilação, elegemos como objeto de análise três deles: “Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a Pátria”; “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo” e “Fazer da escola uma base para o Povo tomar o Poder”. Foram textos escritos em momentos históricos diferentes antes da emancipação total de Moçambique e foram colocados em circulação no ano em que ocorre a independência. Já *Documentos do 1º. Seminário Nacional da Informação*, como o próprio título informa, reúne o conjunto de discursos, debates e resoluções de trabalho acerca da questão dos profissionais de jornalismo, trazendo na capa a seguinte palavra de ordem: “Fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes e da revolução.”

## 2. Orientações políticas para o “homem novo”

Descolonizar a mentalidade moçambicana, conforme o discurso político revolucionário, era desfazer os estereótipos construídos sobre os africanos nos discursos europeus dirigidos aos africanos durante séculos de colonização. Em outras palavras, essa descolonização mental de que nos fala Samora Machel representa a busca por caminhos revolucionários que reaproximassem os moçambicanos de sua própria história a fim de dar início à construção de uma memória outra, desvinculada do branco: “O colonizador, identificado de uma forma deliberada com o homem de pele branca, era apresentado como o modelo de civilização e de progresso que **os moçambicanos deveriam procurar imitar.**” (DOCUMENTOS, 1975, p. 78)

Deste modo, os discursos revolucionários investem pesadamente em uma política de sentidos, ou seja, formulam e colocam em circulação dois eixos principais de produção de sentidos. Um dos eixos é uma produção discursiva que visa desconstruir o que durante séculos de colonização portuguesa foi divulgado negativamente sobre a África e que, ao mesmo tempo, com a adoção da política assimilacionista, pretendeu-se inculcar aos africanos sobre eles próprios. Ou seja, objetiva-se desnaturalizar processos de produção de sentidos que se mostram como evidências do ‘é assim’ e, ao mesmo tempo, produzem o apagamento da historicidade de violências colonialistas. A outra direção de sentidos não busca ressignificar a anterior com base em uma defesa das origens africanas simplesmente uma vez que essas origens tribais, com suas práticas não-científicas, seria um obstáculo ao devir revolucionário. Essa outra direção de sentidos é a da “criação do homem novo”, um “homem novo” que não é sem o tribalismo, mas que precisa se identificar com a novidade das propostas da FRELIMO para todas as esferas da vida social, inclusive no campo dos avanços científicos.

Cabaço, em seu livro *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação* (2009), cita trecho de uma conversa que teve com Antônio Candido, quando este se refere ao colonialismo como “um crime ontológico” na medida em que atinge e agride “a concepção do próprio homem como força vital.” (CABAÇO, 2009, p. 117) Nesse sentido, não bastava à revolução romper violentamente com o passado colonial e abrir espaço para transformações sociais e econômicas: era necessário investir em outra forma de subjetivação, uma

forma africana, ou melhor, uma forma moçambicana que abandonasse de vez as políticas de assimilação portuguesas (MARIANI, 2011a, 2011b; CABAÇO, 2009), ou seja, políticas que forçavam uma identificação com discursos europeizantes. Esse termo – moçambicanizar – para além de ser uma inovação lexical dos revolucionários, mostra que, mais do que uma luta entre o velho e o novo, a moçambicanidade ou moçambicanização representa, naqueles momentos finais de luta e iniciais de libertação nacional, a luta por uma subjetivação outra para o homem moçambicano, uma subjetivação que não tem como apagar totalmente o passado colonial, nem quer se desfazer das tradições tribais com suas formas linguísticas e culturais específicas, mas que pretende, além de fazer a história falar vozes silenciadas, propor outras maneiras de organização social.

Em seus textos políticos, dirá Machel: “A construção da Nova Sociedade em que estamos empenhados é indissociável da criação do Homem Novo.” (MACHEL, 1975, p. 105) Pode-se observar um antagonismo central que se reveste de complementaridade na formulação dos textos: “...não podemos criar a sociedade nova sem destruímos a antiga, sem derrubarmos o colonialismo e seus vestígios...” (MACHEL, 1975, p. 19) É em torno desse antagonismo central – “a derrubada do colonialismo” *versus* “a criação do Homem Novo”, que se depreende nos textos a construção de dois extensos paradigmas de paráfrases em oposição e que funcionam discursivamente substituindo as expressões nominais ao mesmo tempo em que acrescentam outras determinações, como se pode ler a seguir:

<p>“derrubar a ordem antiga”;  “desinfectar o antigo”;  “liquidar a herança da deformação capitalita”;  “liquidar o liberalismo, o individualismo, o burocratismo, a indisciplina, a tendência para a improvisação, o departamentalismo”.</p>	<p>“criar uma nova sociedade, forte, são (sic), próspera”;  “os homens, livres de toda a exploração...”;  “a luta pela criação de novas estruturas”; “criação de uma nova mentalidade”.</p>
---	---

Quadro 1: “a derrubada do colonialismo” / “a criação do Homem Novo”

É importante notar que a contínua substituição parafrástica das nominalizações é repetida não apenas nos textos que citamos, mas também em outros em circulação no mesmo período, promovendo dois efeitos: de um lado, o fim, de fato e de direito, do período colonial com a utilização de verbos como “derrubar”, “desinfectar”, “liquidar”; de outro, o apelo à “criação”, à “invenção” do novo moçambicano. “Liquidar” com o período colonial é também liquidar com o modo como os moçambicanos eram significados, ou seja, como “selvagens, como seres inferiores, sem consciência...” (DOCUMENTOS, 1977, p. 23) “Liquidar” e romper para transformar e criar o “homem novo”, eis o desafio.

Cabaço conta que “a proposta do homem novo que a FRELIMO perseguia teve no centro de treinamento principal em Nashingwea, na Tanzânia, o seu laboratório experimental.” (CABAÇO, 2009, p. 306) Ali, segundo o autor, conjugava-se “a elaboração teórica” com a “imaginação criativa do homem”. Ali, naquele “laboratório”, chamado pelos líderes revolucionários de “universidade”, experimentava-se o que depois se pretendeu implementar a fim de romper com antigas formas de pensar, deixando espaço para a transformação do moçambicano no “homem novo”. Não bastava ser patriota, era necessário que esse “homem novo” estudasse, produzisse, participasse da luta, se integrasse com os camponeses em seu trabalho manual, combatesse as formas de exploração, buscasse criar relações novas, cultivasse continuamente a disciplina revolucionária, e assim por diante. (CABAÇO, 2009, p. 307) A formulação, “a criação do homem novo,” tanto aponta para um “homem novo” por ser inventado como, ao mesmo tempo, comparece nos discursos como já lá, já existente nos discursos revolucionários em suas projeções de uma “sociedade nova”, ou seja, o “homem novo” ganha existência nesse “alhores (ainda) irrealizado” de que nos fala Pêcheux (1997).

Almejado no discurso político revolucionário, minuciosamente significado por Machel e pelos demais líderes revolucionários, desse “homem novo” muito se esperava. A escrita que se formula em torno desse homem transformado é uma escrita imperativa, onde não havia possibilidade de dúvidas ou de recuo frente à possibilidade de realização futura da “sociedade nova”. A textualização dessa escrita imperativa se organiza sob a forma do “ter de”, “é necessário que”, ou “X deve Y”, produzindo efeitos de sentido dogmáticos que funcionam discursivamente preenchendo todos os espaços possíveis de ambiguidade ou de incerteza ou de questionamento. Em dois de nossos ma-



teriais de análise essa textualização comparece bastante, pois são textos que dizem respeito aos profissionais de ensino e do jornalismo.

“é necessário”	“liquidar”
----------------	------------

Quadro 2: formas do imperativo sem identificação do sujeito

“O jornalista” “Todos os jornalistas” “A Organização Nacional dos jornalistas” “Os MCM”	“deve assumir” “se devem engajar/participar” “deverá estudar/cultivar” “deverá rejeitar” “têm de submeter-se”	“como obrigação imperativa na luta” “a criação de métodos de trabalhos colectivos” “métodos e conceitos burgueses” “a um profundo processo de transformação revolucionária”
--	---	--

Quadro 3: formas do imperativo com identificação do sujeito

“O professor militante”	“é um combatente” “é aquele que pelo seu exemplo e ensino”	“contribui para a formação de uma nova mentalidade”
-------------------------	---	---

Quadro 4: conceituação de professor

Está em jogo uma administração dos sentidos conjugada a uma regulação proposta para praticamente todas as esferas da vida social. Nos quadros 2, 3 e 4, exemplificamos a questão do imperativo, e seu efeito normativo/regulador com base nas assertivas formuladas em *Documentos do Primeiro Seminário Nacional da Informação*, realizado em 1977, e, também, com fragmentos que definem o professor como um combatente nos textos de Machel (1975).

Vamos observar mais de perto os chamados canais da informação (rádio, imprensa, televisão), que, como nos alerta Bobbio (1986), são usados como instrumentos da propaganda política, entendida como

“... difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório e visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos. A Propaganda é, pois, um esforço consciente e sistemático destinado a influenciar as opiniões e ações de um certo público ou de uma sociedade total.” (BOBBIO, 1986, p. 1018)

Durante esse Primeiro Seminário Nacional da Informação, são lançadas as bases da ressignificação da informação, ou seja, dos meios de comunicação de massa, pois como afirma Samora Machel no discurso de abertura: “... a informação deve desempenhar um papel fundamental na criação do Homem novo e só pode fazê-lo se os trabalhadores da Informação se engajarem na sua própria transformação...”. (DOCUMENTOS, 1977, p. 17) Para tanto, todo um projeto institucional é mapeado para os jornalistas e para o jornalismo a fim de banir as estruturas da “informação colonial-capitalista”. Propõe-se, então, fundar a Organização Nacional dos Jornalistas que “deverá estudar a criação no mais breve prazo de uma Escola de Jornalismo de Informação e Comunicação, que efectue a formação de jornalistas a nível médio e superior.” (DOCUMENTOS, 1977, p. 222)

Também a linguagem jornalística é alvo de regulações, pois “deve ser clara, simples, viva, directa, incisiva, vigorosa e correcta”, devendo o jornalista “saber como fala o Povo: só assim poderá encontrar uma linguagem viva, enriquecida com as expressões que o próprio Povo cria, uma linguagem cuja estrutura corresponde à linguagem popular (...) com a personalidade moçambicana.” (DOCUMENTOS, 1977, p. 68)

Um dos grupos de trabalho desse Seminário estava voltado para o estudo das línguas nacionais nos meios de comunicação, notadamente no rádio. Se, de um lado, a criação do “homem novo” era fundamental para a continuação dos propósitos da revolução em sua luta contra o colonialismo-capitalismo, por outro, os discursos revolucionários em torno do uso da Língua Portuguesa como língua da unidade nacional não podiam descartar as inúmeras e diferentes línguas e culturas tribais. Torna-se necessário, portanto, justificar o porquê da manutenção da Língua Portuguesa, um traço dos antigos opressores. Retomando as orientações de 1975, esse grupo de trabalho retoma decisões políticas anteriores que não foram cumpridas:

“Nesta fase é **necessária** a utilização das línguas e dialectos moçambicanos pela nossa Rádio, como meio insubstituível de tornar a sua acção efectiva junto das largas massas. (...) os programas em línguas e dialectos moçambicanos **deverão ter** a preocupação de incentivar a aprendizagem da língua portuguesa e, particularmente, apoiar a campanha de alfabetização em curso. (...) **a definição das línguas principais a serem utilizadas na Rádio não obedeceu a um estudo rigoroso e científico.**” (DOCUMENTOS, 1977, p. 75, grifos nossos)

Em outras palavras, o fato de não ter sido realizado um “estudo rigoroso e científico” sobre as línguas nacionais mais usadas – bem como outros fatos igualmente relevantes e citados, como, por exemplo, as diferentes formas de falar cada uma das línguas nacionais, o despreparo dos técnicos, a inexistência de uma ortografia unificada, as reações regionalistas quando da utilização de uma variedade linguística e não outra, impossibilidade de dizer, em língua nacional, termos técnicos, científicos e políticos e a presença de “muitas inovações que traduzem a influência das missões católicas e protestantes e da difusão da religião maometana” (DOCUMENTOS, 1977, p. 75) – inviabilizou o projeto de 1975.

Com propostas que apontam para o futuro ainda não realizado no âmbito de uma política de línguas mais consequente para o rádio e para a imprensa, no texto do grupo de trabalho, em suas conclusões finais, algumas expressões trazem nuances para o imperativo que regula no plano dos sentidos o que se deve fazer. Assim, por exemplo, a necessária campanha de alfabetização poderá desenvolver “a capacidade e o **desejo** de ler línguas nacionais, desde que, para elas, se adopte uma transcrição fonética igual ou idêntica à da língua portuguesa.” (DOCUMENTOS, 1977, p. 75, grifo nosso)

Há espaço para ‘desejo’ em meio ao imperativo do como ‘deve ser’ o “novo homem” da “nova sociedade”. Mas no que diz respeito às relações homem/mulher esse ‘desejo’ também é administrado.

Retornemos aos estudos e orientações de Samora Machel para observarmos mais de perto outro de seus contundentes artigos políticos, cujo título é “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo”. Agora sob a forma de artigo, este texto foi originalmente o discurso de abertura da Primeira Conferência das Mulheres Moçambicanas, realizada em 1974 e que tinha como principal ob-

jetivo discutir a “emancipação da mulher africana.” (MACHEL, 1975, p. 44)

O que é interessante aqui, marcando uma diferença em relação aos demais discursos, é a sofisticada linha de articulação entre “emancipação da mulher” e “a alienação mental” inculcada pelo colonialismo, como elemento de subjetivação que apaga a tanto a opressão da mulher quanto a questão de classes ao enfatizar a questão racial. Apesar de longo, é relevante e ilustrativo trazermos este recorte do discurso de Machel:

“Todos eles [os moçambicanos] são mantidos deliberadamente na ignorância, obscurantismo e superstição, com vista a **convencê-los a resignarem-se** à sua situação, a **inculcar-lhes o espírito de passividade e servilismo.. o racismo surge aqui: o colonizado é definido como ser humano de segunda categoria, em função da sua cor.** A mulher é definida como ser humano inferior por causa do seu sexo. (...) A contradição antagónica não é entre a mulher e o homem, mas sim entre a mulher e a ordem social, entre todos os explorados, mulheres e homens, e a ordem social.” (Machel, 1975, p. 51, grifos nossos)

A emancipação da mulher, sua subjetivação a discursos outros, no caso seu engajamento no discurso revolucionário com sua criação do “homem novo” e da “sociedade nova, é algo fundamental. Como questiona Machel:

“Como fazer triunfar a Revolução sem libertar a mulher? (...) Como fazer então a Revolução sem mobilizar a mulher? (...) considerando ainda a necessidade fundamental de a Revolução ser prosseguida pelas **novas gerações**, como poderemos assegurar a formação revolucionária das gerações de continuadores, se a mãe, primeira educadora, se encontra á margem do processo revolucionário?” (MACHEL, 1975, p. 45, grifos nossos)

Novamente, dois eixos parafrásticos são formulados em torno dos sentidos atribuídos à mulher moçambicana antes do processo revolucionário e a partir da revolução.

<p>“o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado”</p> <p>“ela é explorada até pelo explorado, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono.”</p>	<p>“a Revolução destrói os alicerces da sociedade exploradora e reconstrói a sociedade em bases novas, que libertam a iniciativa da mulher, a integram como ser responsável na sociedade e a associam à elaboração das decisões”</p> <p>Exige-se neste contexto que a mulher se mobilize para o combate interno e para o combate das massas, e que ela se organize.</p>
--	---

Quadro 5: os sentidos e as exigências para a mulher

Revolução e emancipação da mulher são assim sentidos indissociavelmente articulados. Como afirma Machel (1975): “da mesma maneira que não pode haver Revolução sem libertação da mulher, a luta pela emancipação da mulher não pode triunfar sem a vitória da Revolução.” (MACHEL, 1975, p. 51) Da nova mulher moçambicana espera-se sua mobilização para um “combate interno” (contra a passividade e a resignação) e para um combate externo efetivo, tanto em relação à sua participação na luta armada, quanto nas decisões políticas a serem tomadas pela FRELIMO no poder, acedendo, desta forma, a “todos os níveis de concepção, decisão e execução, na organização da vida das crianças e hospitais das escolas e fábricas, do exército e da diplomacia, da arte, da ciência e cultura, etc.” (MACHEL, 1975, p. 50-51) Apenas com esse combate é que a mulher e os demais moçambicanos engajados na construção do “homem novo” poderão contribuir no desmoronamento “das concepções erradas” e na libertação “do sentido crítico e da iniciativa criadora.” (MACHEL, 1975, p. 52)

É neste contexto enunciativo que o discurso político sobre o que se espera da mulher na “construção da nova sociedade” envereda por duas outras significações articuladas com o processo revolucionário: uma relativa ao relacionamento homem/mulher, “a concepção nova sobre o casal e o lar” (MACHEL, 1975, p. 53) e outra relativa à conceituação do amor. Na “concepção nova sobre o casal e o lar”, espera-se o fim “da pretensa superioridade do

homem sobre a mulher” (*idem*) e, contrapondo-se às concepções românticas e idealizadas de amor, os verdadeiros sentidos do amor revolucionário “só podem existir entre seres livres e iguais, que possuem um ideal de engajamento comum, ao serviço das massas e da Revolução.” (*idem*) É isso que “é novo na sociedade”, são esses sentidos que visam a emancipação da mulher, uma nova forma de o casal se organizar e, por fim, um novo amor enlaçando, na nova sociedade que se pretende criar, homens e mulheres. Afirma Machel: “Precisamos pois de descobrir esta nova dimensão, até hoje desconhecida em nosso País.” (*idem*) Combatendo, aqui, a poligamia, os casamentos com meninas e a prostituição, Machel traz a novidade do amor revolucionário como meio de constituir uma outra forma de subjetivação e, assim, um legado para as gerações seguintes:

“o verdadeiro amor. (...) o amor, o casamento concebidos como um estímulo para a transformação mútua ao serviço das massas. Notamos que estes conceitos, **porque novos**, proque radicalmente diferentes dos que tínhamos vivido, nem sempre são explicados **às novas gerações** e quando os são, frequentemente isso é feito de uma maneira superficial e sem a preocupação de levar as **novas gerações** a assumirem e viverem **a nova ideia**.” (MACHEL, 1975, p. 110)

### 3. Sobre a escrita do “homem novo”: reflexões finais

Patrick Sériot (1985), em sua análise do discurso político soviético, discorre sobre o funcionamento da “*langue de bois*”, a língua de madeira, expressão que surge no discurso oficial polonês e que se difunde para outras línguas. Sériot chama a atenção para inúmeros predicativos que podem ser atribuídos à expressão ‘língua de madeira’, conforme sua tradução no âmbito do discurso político soviético, francês, italiano ou inglês. Assim, compreendida como língua oficial de partidos socialistas, língua da burocracia, língua cristalizada, dogmática, impessoal, língua com funcionamento argumentativo que se enoda sobre si mesmo, essa é a língua de madeira.

Nos textos que trouxemos para a compreensão do seu funcionamento como discurso político-revolucionário, podemos depreender a presença da língua de madeira. Também os textos analisados são perpassados por efeitos de dogma-

tismo, de totalização, de convicção sem desvios no dever revolucionário. Paradoxalmente, a noção de criação fica subsumida ao imperativo do “ter de”, e a “criação da nova mentalidade” torna-se um dever, uma imposição.

Por outro lado, podemos nos perguntar: haveria outros caminhos, para os líderes revolucionários, em seu desejo de realização de utopias? Entre o discurso teórico e a prática cotidiana, onde fica a revolução? “Nossas ideias ainda são vagas”, afirma Machel, e prossegue: “elas nascem da prática, são corrigidas pela prática. Sobre o “homem novo”, a sua definição e os métodos de o construir, a nossa experiência é nova, recente, a nossa prática ainda é limitada. É normal pois que registremos por vezes fracassos.” (MACHEL, 1975, p. 111)

E os fracassos, podemos compreendê-los assim, apontam para o imprevisível e para a impossibilidade de tudo se prever, por outro marcam que o real, que se materializa na contradição histórica, pode nos fazer avançar onde ainda não há palavras, e onde do sem-sentido pode se fazer algum, pouco, sentido.

## Referências bibliográficas

- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora da UNESP, BCI, MCEL, ANPOCS, 2009.
- DOCUMENTOS do *Primeiro seminário nacional da informação*. Fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes e da revolução. Maputo: Ministério da República Popular de Moçambique, 1977.
- GADET, F; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, 2004.
- MACHEL, Samora Moisés. *Estudos e orientações*. Grupo coordenador provincial de Manica e Sofala, Departamento de Informação e Propaganda, abril, 1975. (Edição popular dos Cadernos do Presidente Samora Machel. São textos escritos antes da independência e publicados no ano da independência).
- MARIANI, B. Uma revolução e seus impasses linguísticos: Moçambique. *Revista de Letras*, Universidade Federal de Santa Maria, vol. 42, Santa Maria, 2011a.
- MARIANI, B. Língua, colonização e revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambiques. In: ZANDWAIS, A. et ROMÃO, L. (orgs.). *Leituras do político*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011b.

- PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O discurso, estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1981.
- SÉRIOT, P. *Analyse du discours politique soviétique*. Paris: Éditeur-Difuseur Institut d'Études Slaves, 1985.
- ZIZEK, S. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Às portas da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Recebido em 07 de abril de 2012 e aprovado em 21 de junho de 2012.